

1 Contexto operacional

A Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS ("Companhia") tem como seu principal objeto social a distribuição de gás natural canalizado em parte do território do Estado de São Paulo (aproximadamente 180 municípios, inclusive a região denominada Grande São Paulo) para consumidores dos setores industrial, residencial, comercial, automotivo, termogeração e cogeração.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, está registrada na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo ("B3"). Em 14 de janeiro de 2020, a controladora indireta da Companhia, Cosan S.A. ("COSAN") contribuiu ao capital social da sua subsidiária Compass Gás e Energia S.A. (Compass) a totalidade das ações que detinha da Comgás, ou seja, 103.699.333 ações ordinárias e 27.682.044 ações preferenciais, equivalentes a 99,14% do capital social total da Comgás, com base no acervo patrimonial de 31 de dezembro de 2019. Tal contribuição não altera a composição do controle ou gestão da Comgás, uma vez que a Cosan, como titular da totalidade das ações de emissão da Compass se mantém como controladora indireta da Comgás.

O contrato de Concessão para a Exploração dos Serviços Públicos de Distribuição de Gás Canalizado foi assinado em 31 de maio de 1999, junto ao poder concedente representado pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (ARSESP).

O Contrato outorga e regula a concessão para a exploração dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado com prazo de vigência de 30 anos, podendo ser prorrogado por 20 anos mediante requerimento da concessionária e aprovação subsequente do poder concedente, bem como as regras para os procedimentos de revisão tarifária quinquenal e os indicadores de qualidade e de segurança a serem cumpridos.

Adicionalmente, o contrato de concessão determina que as tarifas praticadas devam ser reajustadas uma vez ao ano, no mês de maio, com o objetivo de realinhar o seu preço ao custo do gás e ajustar a margem de distribuição pela inflação.

Excepcionalmente, a ARSESP publicou em 10 de junho de 2020 a Deliberação nº 1010 que dispõe sobre o mecanismo de atualização do custo médio ponderado de gás e transporte nas tarifas de gás canalizado e sobre o mecanismo de recuperação do saldo da conta gráfica. Esta deliberação é aplicada de forma trimestral para os segmentos, excetuando-se os segmentos residencial e comercial.

1.1 Deliberações ARSESP

Em 02 de março de 2020, a ARSESP publicou a Deliberação nº 968, que atualizou o custo médio ponderado do gás e transporte, sobre o repasse das variações do preço do gás e do transporte fixados nas tarifas e sobre as tabelas tarifárias a serem aplicadas pela concessionária.

Em 27 de maio de 2020, a ARSESP publicou a Deliberação nº 995, que atualizou o custo médio ponderado do gás e transporte, sobre o repasse das variações do preço do gás e do transporte fixados nas tarifas, sobre a Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) e Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – Específico (TUSD-E) a serem aplicadas no mercado livre e sobre as tabelas tarifárias a serem aplicadas pela concessionária a partir de 31 de maio de 2020.

Em 10 de junho de 2020, a ARSESP publicou a Deliberação nº 1010, que dispõe sobre o mecanismo de atualização do custo médio ponderado de gás e transporte nas tarifas de gás canalizado e sobre o mecanismo de recuperação do saldo da conta gráfica, em razão de variações do preço do gás e transporte, revogando a Deliberação ARSESP nº 308 de 17 de fevereiro de 2012. O acompanhamento das diferenças será realizado por meio da contabilização dos valores na conta gráfica, com apuração por segmento e considerando as parcelas de recuperação anteriormente estabelecidas e em processo de compensação. A parcela de recuperação será acrescida às tarifas nas ocasiões dos reajustes tarifários anuais, revisões tarifárias ordinárias ou revisões tarifárias extraordinárias. Ainda, tal Deliberação versou sobre o saldo contido na conta corrente de tributos, a qual acumulava valores relativos a créditos tributários aproveitados pela Companhia, mas que, essencialmente, fazem parte da composição tarifária e devem ser, posteriormente, repassados via tarifa, quando determinado pela Agência Reguladora (vide nota explicativa 11).

Em 26 de agosto de 2020, a ARSESP publicou a Deliberação nº 1040, que atualizou o custo médio ponderado do gás e transporte, sobre o repasse das variações do preço do gás e do transporte fixados nas tarifas de usuários não residenciais e não comerciais e sobre as tabelas tarifárias a serem aplicadas pela concessionária a partir de 31 de agosto de 2020.

Em 26 de novembro de 2020, a ARSESP publicou a Deliberação nº 1065, que atualizou o custo médio ponderado do gás e transporte, sobre o repasse das variações do preço do gás e transporte fixados nas tarifas de usuários não residenciais e não comerciais e sobre as tabelas tarifárias a serem aplicadas pela concessionária a partir de 30 de novembro de 2020, revogando a Deliberação nº 1040.

1.2 Ataque cibernético

Em 11 de março de 2020, a Companhia bem como o grupo econômico em que está inserida, sofreram um ataque cibernético de *ransomware* que causou uma interrupção parcial e temporária de suas operações.

Após o incidente, a Companhia fez investimentos significativos em privacidade, proteção e segurança da informação/cibernética, tanto em tecnologias quanto em processos e contratações de recursos especializados para as equipes. Como parte das ações, realizamos diligências para combater o acesso e uso indevido dos nossos dados, incluindo investigações e auditorias dos nossos sistemas de tecnologia da informação. Como resultado desses esforços, mitigamos incidentes adicionais de uso indevido de dados ou outras atividades indesejáveis por terceiros.

Adicionalmente, realizamos auditoria e avaliação forense no ataque sofrido e não identificamos impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

1.3 Covid-19

Após a Organização Mundial de Saúde declarar a COVID-19 uma pandemia, a Companhia implementou um plano de contingência com o objetivo de preservar a saúde e a integridade de seus colaboradores e parceiros, além de garantir a segurança e a continuidade das operações, consideradas atividades essenciais, por ser um insumo estratégico em hospitais, segurança, alimentação e energia.

Ainda, em função da pandemia, a Comgás firmou compromisso com o Governo do Estado de São Paulo para manter o fornecimento de gás para clientes de determinados segmentos inadimplentes até 31 de julho de 2020.

Visando reforçar preventivamente o nível de liquidez durante esse período de grande volatilidade, foram contratadas e utilizadas, nos meses de março e abril de 2020, linhas de financiamento junto a instituições financeiras no montante agregado de R\$ 1.080.000 e prazo médio de um ano, sem quaisquer cláusulas de *covenants* financeiros. Considerando o nível atual de liquidez, as iniciativas adicionais citadas anteriormente, outras linhas de crédito em negociação e as perspectivas para o curto e médio prazo, a Companhia não antevê comprometimento relevante da capacidade operacional e financeira que possam afetar a continuidade da Companhia.

Como resultado de seus esforços de gestão, a Companhia encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 com um caixa de R\$ 1.610.548, capital circulante líquido com um saldo positivo de R\$ 615.643 e um lucro líquido de R\$ 1.150.613.

Nossos *covenants* são avaliados mensalmente para nossa necessidade de gerar fluxos de caixa e nossa capacidade de cumprir os *covenants* contidos nos contratos que regem nosso endividamento. Em 31 de dezembro de 2020, a alavancagem (dívida líquida/EBITDA pro forma) foi de 1,69x (1,43x em 31 de dezembro de 2019). Até 31 de dezembro de 2020, a Companhia vem cumprindo todas as cláusulas restritivas financeiras.

Considerando o baixo patamar de juros no Brasil, consideramos que a despeito das flutuações de curto prazo de algumas premissas macroeconômicas devido aos impactos da pandemia da COVID-19, nosso custo médio ponderado do capital está relativamente menor em relação ao ano de 2019.

Pelo lado do custo de capital próprio, consideramos que o Beta e Retorno Esperado de Mercado, presentes na metodologia CAPM (Capital Asset Pricing Model), são variáveis estruturais estimadas a partir do histórico de vários anos e, portanto, sofreram apenas alterações específicas e menos relevantes. Para a taxa livre de risco, vemos as curvas de juro americanas ainda mais fechadas, o que pressiona o custo de capital próprio a níveis inferiores. Por outro lado, o Risco Brasil (CDS 10y), que havia disparado no início da pandemia, regrediu a patamares mais próximos dos de 2019. Dessa forma, vemos a pressão sobre as curvas de juro como o principal fator de queda estrutural do custo de capital próprio da Companhia.

Assim, a Companhia avaliou as circunstâncias que poderiam indicar *impairment* de seus ativos não financeiros e concluiu que não houve mudanças nas circunstâncias que indicariam uma redução ao valor recuperável. Como conclusão, verificou-se que os fluxos de caixa descontados quando comparados ao valor contábil, resultariam num valor recuperável superior ao valor contábil. Nossas projeções de recuperação de tributos, estão fundamentas nos mesmos cenários e premissas acima.

As perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros foram calculadas com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e indicadores macroeconômicos, e é considerada, em 31 de dezembro de 2020, suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber, além de uma avaliação prospectiva que leva em consideração a mudança ou expectativa de mudança em fatores econômicos que afetam as perdas esperadas de crédito, as quais serão determinadas com base em probabilidades ponderadas e mensuradas em um montante igual a perda de crédito esperada para a vida inteira.

A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia, líquida de perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros, é o valor do contas a receber. A qualidade do crédito do contas a receber a vencer é considerada adequada, sendo que o valor do risco efetivo de eventuais perdas no contas a receber de clientes encontra-se apresentado como perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros. Além disso, a Companhia, revisou as variáveis que compõem a metodologia de mensuração das perdas esperadas, por meio das projeções macroeconômicas de cada segmento, capturando as estimativas de reflexos na inadimplência e recuperação dos créditos. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, houve um incremento na provisão para perda de crédito esperada, entretanto, houve reversões na provisão devido ao fato de que os níveis de inadimplência estavam no mesmo patamar anterior à pandemia no final do exercício, dada a retomada parcial das atividades industriais e econômicas em geral.

Nossos estoques são compostos, substancialmente, por materiais para construção de gasodutos que são produtos sem validade ou com longa duração e, portanto, não observamos indicadores de obsolescência ou de não realização.

Até o momento, não houve mudanças no escopo dos arrendamentos da Companhia, incluindo adicionar, rescindir, prorrogar reduzir o prazo contratual do arrendamento. Também, não houve nenhuma mudança na contraprestação dos arrendamentos que somos arrendatários e arrendadores.

2 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras estão sendo elaboradas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma e foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), assim como com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

Estas demonstrações financeiras são preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma e foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 10 de fevereiro de 2021.

3 Políticas contábeis

As políticas contábeis são incluídas nas notas explicativas, exceto aquelas descritas abaixo.

3.1 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$). O real é a moeda funcional uma vez que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera, gera e consome caixa.

3.2 Uso de julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira contínua e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável. As informações sobre julgamentos críticos, premissas e estimativas de incertezas na aplicação de políticas contábeis que tenham efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- i. Nota 5.3 Contas a receber de clientes
- ii. Nota 5.8 - Mensurações de valor justo reconhecidas
- iii. Nota 8 - Ativos Intangíveis (definição de vida útil)
- iv. Nota 10 - Compromissos
- v. Nota 11 Ativos e passivos setoriais
- vi. Nota 12 - Imposto de renda e contribuição social
- vii. Nota 13 - Provisão para demandas e depósitos judiciais
- viii. Nota 20 - Benefícios pós-emprego
- ix. Nota 21 - Pagamento baseado em ações

3.3 Fluxo de caixa

i. Transações que não envolvem caixa

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia realizou as seguintes transações que não envolveram o caixa e, portanto, não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa.

1. Aquisições de ativos para construção da rede de distribuição com pagamento a prazo no montante de R\$ 5.575; notas 8 e 9.
2. Reconhecimento dos ativos e passivos setoriais, conforme detalhado na nota 11;
3. Refinanciamento de algumas dívidas com o BNDES, conforme detalhado na nota 5.5.

ii. Classificação de juros

Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de atividades de financiamento, pois considera que se referem aos custos de obtenção de recursos financeiros.

4 Informações por segmento

A Administração analisa o desempenho financeiro considerando o resultado bruto econômico separadamente por segmento de negócio. A agência reguladora determina as tarifas pelos diversos segmentos de negócio. A Companhia não efetua análises de ativos por segmento para gestão dos negócios. Por fim, a definição de unidade geradora de caixa, representando o menor ativo em uso que gera entradas de caixa, no contexto da Companhia não pode ser segregada por segmento, pois a mesma tubulação distribui gás para consumidores de segmentos diferentes.

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais é responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais.

A composição da margem por segmento é a seguinte:

Margem por segmento - 1º de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020								
Segmentos	Residencial	Comercial	Industrial	Cogeração	Automotivo	Receita de construção	Outras receitas ⁽ⁱⁱ⁾	Total
Volumes m³ mil (não auditado)	301.517	114.920	3.335.512	319.907	157.565	-	-	4.229.421
Receita bruta	1.932.974	491.127	6.980.550	504.020	308.495	885.630	67.051	11.169.847
Deduções ⁽ⁱ⁾	(551.377)	(140.366)	(1.949.812)	(114.288)	(88.365)	-	(7.948)	(2.852.156)
Receita líquida	1.381.597	350.761	5.030.738	389.732	220.130	885.630	59.103	8.317.691
Custo ⁽ⁱⁱ⁾	(334.212)	(127.975)	(3.738.537)	(305.225)	(176.557)	(885.630)	61.859	(5.506.277)
Resultado bruto	1.047.385	222.786	1.292.201	84.507	43.573	-	120.962	2.811.414
Despesas com vendas								(156.893)
Despesas gerais e administrativas								(707.526)
Outras receitas operacionais, líquidas								56.361
Despesas operacionais								(808.058)
Despesas financeiras								(354.607)
Receitas financeiras								178.504
Variação cambial								(150.227)
Derivativos								42.851
Resultado financeiro, líquido								(283.479)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social								1.719.877
Imposto de renda e contribuição social								(569.264)
Resultado líquido do exercício								1.150.613
Reconciliação LAJIDA								
Resultado líquido do exercício								1.150.613
Imposto de renda e contribuição social								569.264
Resultado financeiro, líquido								283.479
Amortizações								379.261
Outras amortizações								(463)
LAJIDA								2.382.154

(i) Reconhecimento inicial dos saldos dos ativos e passivos setoriais para o exercício. Para maiores detalhes, vide nota explicativa 11.

(ii) Na linha de custo houve o reconhecimento do efeito da transação denominada "Gás pago e não retirado" para o exercício. Para maiores detalhes, vide nota explicativa 7.

Margem por segmento - 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019								
Segmentos	Residencial	Comercial	Industrial	Cogeração	Automotivo	Receita de construção	Outras receitas ⁽ⁱ⁾	Total
Volumes m³ mil (não auditado)	279.450	160.573	3.516.469	333.800	222.079	-	-	4.512.371
Receita bruta	1.680.569	658.400	7.809.312	517.805	454.864	813.341	73.342	12.007.633
Deduções	(385.462)	(150.850)	(1.763.712)	(80.478)	(104.227)	-	(8.682)	(2.493.411)
Receita líquida	1.295.107	507.550	6.045.600	437.327	350.637	813.341	64.660	9.514.222
Passivos setoriais	(28.879)	(12.167)	(173.354)	(9.916)	(11.909)	-	(34.683)	(270.908)
Custo (i)	(361.492)	(206.876)	(4.528.404)	(351.035)	(285.901)	(813.341)	144.711	(6.402.338)
Resultado bruto econômico	904.736	288.507	1.343.842	76.376	52.827	-	174.688	2.840.976
Reversão dos ativos (passivos) setoriais								270.908
Resultado bruto contábil								3.111.884
Despesas com vendas								(154.908)
Despesas gerais e administrativas								(742.109)
Outras despesas operacionais, líquidas								(40.523)
Despesas operacionais								(937.540)
Despesas financeiras								(405.098)
Receitas financeiras								205.637
Variação cambial								(27.518)
Derivativos								46.598
Resultado financeiro, líquido								(180.381)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social								1.993.963
Imposto de renda e contribuição social								(626.784)
Resultado líquido do exercício								1.367.179
Reconciliação LAJIDA								
Resultado líquido do exercício								1.367.179
Imposto de renda e contribuição social								626.784
Resultado financeiro, líquido								180.381
Amortizações								338.269
Outras amortizações								(601)
LAJIDA								2.512.012

(i) Na linha de custo houve o reconhecimento do efeito da transação denominada "Gás pago e não retirado" para o exercício. Para maiores detalhes, vide nota explicativa 7.

5 Ativos e passivos financeiros

Prática contábil:

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos ativos financeiros tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

A Companhia não reconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia também não reconhece um passivo financeiro quando seus termos são modificados, e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo valor justo.

Os ativos e passivos financeiros são os seguintes:

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Ativos			
Valor justo por meio do resultado			
Aplicações em fundos de investimentos (equivalentes de caixa)	5.1	283.192	608.660
Títulos e valores mobiliários	5.2	991.820	200.233
Instrumentos financeiros derivativos	5.7	420.586	374.730
		1.695.598	1.183.623
Custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	1.327.356	474.750
Contas a receber de clientes	5.3	995.223	987.397
Ativos setoriais	11	241.749	-
Recebíveis de partes relacionadas	5.4	769	1.820
		2.565.097	1.463.967
Total		4.260.695	2.647.590
Passivos			
Custo amortizado			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5	(5.254.099)	(3.733.157)
Fornecedores	5.6	(1.040.693)	(1.154.206)
Outros passivos financeiros		(95.428)	(92.111)
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		(1.688)	(1.450)
Parcelamento de débitos tributários		(6.234)	(6.818)
Arrendamentos		(10.320)	(10.843)
Passivos setoriais	11	(565.911)	-
Pagáveis a partes relacionadas	5.4	(8.930)	(6.515)
		(6.983.303)	(5.005.100)
Valor justo por meio do resultado			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5	(1.789.810)	(1.511.785)
		(1.789.810)	(1.511.785)
Total		(8.773.113)	(6.516.885)

5.1 Caixa e equivalentes de caixa

Prática contábil:

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado, sendo de alta liquidez, com vencimento de até três meses, que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor.

	31/12/2020	31/12/2019
Bancos conta movimento	33.697	82.422
Aplicações financeiras	1.576.851	1.000.988
	1.610.548	1.083.410

As aplicações financeiras são compostas da seguinte forma:

	31/12/2020	31/12/2019
Aplicações em fundos de investimento		
Operações compromissadas	283.192	608.660
	283.192	608.660
Aplicações em bancos		
Certificado de depósitos bancários - CDBs	1.293.659	392.328
	1.293.659	392.328
	1.576.851	1.000.988

Operações compromissadas referem-se a compras de ativos, com compromisso de recompra a uma taxa previamente estabelecida pelas partes, geralmente com prazo determinado de 90 dias ou menos ou para os quais não há penalidades ou outras restrições para resgate antecipado.

Certificados de Depósitos Bancários – CDBs, são títulos emitidos por instituições financeiras brasileiras com vencimentos originais de 90 dias, ou menos, para os quais não há penalidades ou outras restrições para resgate antecipado.

As aplicações financeiras da Companhia são rentabilizadas a taxas em torno de 100% do CDI em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

5.2 Títulos e valores mobiliários

Prática contábil:

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado, com vencimento de três até doze meses e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor.

	31/12/2020	31/12/2019
Títulos públicos	991.820	200.233
	991.820	200.233

Títulos públicos possuem taxa de juros atrelada à SELIC com a rentabilidade de aproximadamente 100% do CDI e vencimento entre dois e cinco anos com liquidez diária.

5.3 Contas a receber de clientes

Prática contábil:

As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor justo. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos.

Para medir as perdas de créditos esperadas, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos.

As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofrida neste período. As taxas históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis. A Companhia identificou a taxa de juros implícita no contrato como sendo o fator mais relevante e, consequentemente, ajusta as taxas de perdas históricas com base nas mudanças esperadas nesse fator.

	31/12/2020	31/12/2019
Contas de gás a receber	417.671	433.681
Receita não faturada ⁽ⁱ⁾	667.793	622.572
Outros	22.040	32.085
	1.107.504	1.088.338
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(112.281)	(100.941)
	(112.281)	(100.941)
Total	995.223	987.397
Circulante	977.194	974.296
Não circulante	18.029	13.101

⁽ⁱ⁾ A receita não faturada refere-se à parte do fornecimento de gás no mês, cuja medição e faturamento ainda não foram efetuados. Nota 16.ii.

O *aging* das contas a receber é o seguinte:

	31/12/2020	Perda estimada	31/12/2019	Perda estimada
A vencer	957.554	(2.035)	902.433	(1.203)
Vencidas:				
Até 30 dias	20.165	(191)	50.693	(147)
De 31 a 60 dias	8.148	(1.014)	16.886	(1.293)
De 61 a 90 dias	3.433	(1.147)	8.918	(1.572)
Mais de 90 dias	118.204	(107.894)	109.408	(96.726)
	1.107.504	(112.281)	1.088.338	(100.941)

A variação na perda por redução ao valor recuperável de contas a receber são as seguintes:

Saldo em 1º de janeiro de 2019	(104.625)
Adições/ Reversões	(12.898)
Baixas	16.582
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(100.941)
Adições/ Reversões ⁽ⁱ⁾	(25.638)
Baixas	14.298
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(112.281)

⁽ⁱ⁾ Do total reconhecido, aproximadamente R\$ 14.000 foram adicionais por conta de maior inadimplência devido a pandemia da COVID-19 conforme detalhado na nota 1.3.

5.4 Partes relacionadas

Prática contábil:

As vendas e compras envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços normais de mercado. Os saldos em aberto no final do exercício não são garantidos, nem estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias dadas ou recebidas sobre quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Ao final de cada período é realizada análise de recuperação dos valores e receber e neste exercício nenhuma provisão foi reconhecida.

a) Contas a receber e a pagar com partes relacionadas:

	31/12/2020	31/12/2019
Ativo circulante		
Operações comerciais		
Raízen Combustíveis S.A. ⁽ⁱ⁾	769	1.820
	769	1.820
Passivo circulante		
Operações societárias/ contratuais		
Raízen Energia S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	8.930	6.515
	8.930	6.515

b) Transações com partes relacionadas:

	31/12/2020	31/12/2019
Receita operacional		
Raízen Combustíveis S.A. ⁽ⁱ⁾	12.195	18.177
Elevações Portuárias S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	624	596
	12.819	18.773
Despesas compartilhadas		
Raízen Energia S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	(41.425)	(35.230)
	(41.425)	(35.230)

(i) Raízen Combustíveis S.A.

Fornecimento de gás para postos de combustíveis.

(ii) Raízen Energia S.A. (RESA)

Serviços compartilhados executados pela RESA de responsabilidade da Companhia. A natureza das despesas relacionadas ao centro de serviços compartilhados está relacionada aos seguintes serviços: processos de TI, contabilidade, impostos, suporte jurídico, etc.

(iii) Elevações Portuárias S.A.

Fornecimento de gás.

c) Remuneração dos administradores e diretores:

A Companhia possui uma política de remuneração aprovada pelo Conselho de Administração. As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, nos exercícios estão apresentadas a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Benefícios de curto prazo a administradores	24.402	24.070
Benefícios pós-emprego	521	407
Transações com pagamentos baseados em ações	2.196	1.842
	27.119	26.319

5.5 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Prática contábil:

Inicialmente mensurados pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e subsequentemente ao custo amortizado, exceto para as quais a Companhia adota *fair value option*.

São baixados quando a obrigação especificada no contrato é liquidada, cancelada ou expirada. A diferença entre a quantia escriturada de um passivo financeiro que tenha sido extinto ou transferido para outra parte e a retribuição paga, incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos, é reconhecida nos lucros ou prejuízos como outros rendimentos ou gastos financeiros.

Classificados como passivo circulante, a menos que exista um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

	Encargos financeiros				
Descrição	Indexador	Taxa anual de juros ⁽ⁱⁱ⁾	31/12/2020	31/12/2019	Vencimento
Empréstimos e financiamentos					
BNDES					
Projeto VI ⁽ⁱ⁾	TJ462 + 1,80%	7,89%	-	144.574	out/2020
Projeto VI ⁽ⁱ⁾	SELIC + 1,80%	5,52%	-	73.540	out/2020
Projeto VII ⁽ⁱ⁾	TJLP + 2,00%	7,09%	-	83.174	jun/2023
Projeto VII ⁽ⁱ⁾	SELIC + 1,96%	5,68%	-	52.031	jun/2023
Projeto VII ⁽ⁱ⁾	TJLP	5,09%	-	1.667	jun/2023
Projetos VI e VII ⁽ⁱ⁾	IPCA + 4,10%	8,64%	175.374	-	abr/2029
Projeto VIII	IPCA + 3,25%	7,75%	807.438	-	abr/2029
Nota promissória					
4ª emissão	CDI + 3,00%	4,96%	207.606	-	abr/2021
5ª emissão	CDI + 3,40%	5,36%	520.116	-	abr/2021
6ª emissão	CDI + 3,00%	4,96%	393.452	-	abr/2021
EIB					
	USD + 3,88%	3,88%	-	31.770	jun/2020
	USD + 2,94%	2,94%	-	29.081	set/2020
	USD + LIBOR6M + 0,54%	0,80%	30.817	71.129	mai/2021
	USD + LIBOR6M + 0,61%	0,89%	57.813	89.336	set/2021
Resolução 4.131					
Scotiabank 2018	USD + 3,67%	3,67%	415.232	313.493	mai/2023
Scotiabank 2020	USD + 1,59%	1,59%	388.912	-	abr/2021
Total de Empréstimos e financiamentos			2.996.760	889.795	
Debêntures					
3ª emissão - 3ª série	IPCA + 5,57%	7,29%	-	108.133	set/2020
4ª emissão - 1ª série	IPCA + 7,14%	9,40%	-	318.412	dez/2020
4ª emissão - 2ª série	IPCA + 7,48%	12,17%	299.524	286.271	dez/2022
4ª emissão - 3ª série	IPCA + 7,36%	12,04%	97.956	94.366	dez/2025
5ª emissão - série única	IPCA + 5,87%	10,49%	890.658	859.996	dez/2023
6ª emissão - série única	IPCA + 4,33%	8,88%	452.457	431.817	out/2024
7ª emissão - série única	IGPM + 6,10%	31,46%	298.706	240.900	mai/2028
8ª emissão - série única	CDI + 0,50%	2,41%	2.007.848	2.015.252	out/2022
Total das debêntures			4.047.149	4.355.147	
Total			7.043.909	5.244.942	
Circulante			1.787.503	908.522	
Não circulante			5.256.406	4.336.420	

(i) Em 16 de junho de 2020, os empréstimos denominados Projeto VI e VII foram repactuados e consolidados em uma única linha de crédito e contrato junto ao BNDES, uma vez que tal transação propiciou a Companhia simplificar a estrutura contratual, extensão do prazo de amortização, bem como reduzir o custo da dívida (~R\$ 150 milhões na amortização prevista para 2020), bem como extinção da fiança bancária. A repactuação gerou um ganho financeiro, sem efeito em caixa, de R\$ 20 milhões, registrados integralmente no resultado financeiro do exercício.

(ii) Taxas efetivas consideram taxas pré-fixadas dos contratos mais indexadores acumulados nos últimos 12 meses, sem considerar o efeito do hedge (se aplicável).

Os empréstimos não circulantes apresentam os seguintes vencimentos:

	31/12/2020	31/12/2019
13 a 24 meses	2.222.517	305.973
25 a 36 meses	1.477.342	2.233.865
37 a 48 meses	623.971	1.069.912
49 a 60 meses	171.794	463.553
61 a 72 meses	238.050	29.510
73 a 84 meses	238.050	77.862
85 a 96 meses	238.095	77.862
Acima de 96 meses	46.587	77.883
	5.256.406	4.336.420

Os valores contábeis de empréstimos, financiamentos e debêntures são denominados nas seguintes moedas:

	31/12/2020	31/12/2019
Reais	6.151.135	4.710.133
Dólar ⁽ⁱ⁾	892.774	534.809
	7.043.909	5.244.942

⁽ⁱ⁾ Em 31 de dezembro de 2020, todas as dívidas denominadas em dólares norte-americanos, possuem proteção contra risco cambial através de derivativos (Nota 5.8).

Visando proteger a liquidez da Companhia durante a crise provocada pela pandemia da COVID-19, a Companhia executou determinadas ações de gestão de risco financeiro.

Em 01, 07 e 15 de abril de 2020 foram aprovados em Reunião do Conselho de Administração, as emissões das 4ª, 5ª e 6ª séries de notas promissórias comerciais no montante de R\$ 1.080.000, conforme detalhamento do item d abaixo.

Em 07 de abril de 2020, foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração a assinatura do contrato de financiamento ("Credit Agreement"), nos termos da Lei nº 4.131/1962, entre a Companhia e The Bank of Nova Scotia, no valor nominal de USD 75.000.

Em 13 de maio de 2020, foram obtidos recursos na ordem de R\$ 563.000 referentes ao contrato assinado com o BNDES em dezembro de 2019.

Em 27 de agosto de 2020, ocorreu a segunda captação da referida linha de crédito no valor de R\$ 169.500.

Em 28 de novembro de 2020, a Companhia recebeu o terceiro desembolso no valor de R\$ 95.000 provenientes do mesmo contrato, o qual encerrou o trimestre com um saldo de R\$ 1,173 milhão a ser liberado. Este contrato tem vencimento original em abril de 2029, com a possibilidade de prorrogação até junho de 2034, caso ocorra a renovação do contrato de concessão de exploração.

Em 30 de dezembro de 2020, foram deliberados e aprovados os resgates antecipados da 4ª, 5ª e 6ª Emissão das Notas Promissórias pela Companhia e seus Titulares em Assembleia Geral de Titulares. Em 06 de janeiro de 2021, os títulos deixaram de ser negociados em razão das liquidações.

Abaixo demonstramos a movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures ocorrida para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

Saldo em 1º de janeiro de 2019	3.651.545
Captações	1.998.235
Amortização de principal	(626.439)
Pagamentos de juros	(200.348)
Juros, variação cambial e valor justo	421.949
Saldo em 31 de dezembro de 2019	5.244.942
Captações	2.267.624
Amortização de principal	(796.109)
Pagamentos de juros	(280.472)
Juros, variação cambial e valor justo	607.924
Saldo em 31 de dezembro de 2020	7.043.909

a) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

Expansão da rede de distribuição de gás e está alocado a investimentos no ativo intangível, com as seguintes garantias oferecidas:

- Refinanciamento: Em junho de 2020 os Projetos VI e VII foram repactuados e consolidados em uma única linha de crédito direta com o BNDES e suas respectivas fianças liquidadas e substituídas por uma conta garantia.
- Projeto VIII operação direta com o BNDES assinado em dezembro de 2019 no valor de R\$ 2 bilhões: conta garantia de acordo com as liberações.

b) EIB

Refere-se a empréstimos denominados em dólares norte-americanos, com juros à taxa LIBOR, com vencimento até 2021 e garantidos por fiança bancária. Os fundos foram utilizados para expandir e apoiar a rede de distribuição de gás natural.

c) Resolução 4.131

Refere-se a recursos captados fora do Brasil com diversas instituições financeiras, com vencimento até 2023, visando financiar o fluxo de caixa da Companhia. Para mitigar o risco cambial e de taxa de juros, instrumentos derivativos foram contratados.

Em 08 de maio de 2018 foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração a assinatura do contrato de financiamento entre a Companhia e The Bank of Nova Scotia. A operação, no valor de USD 75.000, tem prazo total de 5 anos e juros pré-fixados de 3,67% ao ano.

Em 07 de abril de 2020, foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração a assinatura do contrato de financiamento (“*Credit Agreement*”), nos termos da Lei nº 4.131/1962, entre a Companhia e The Bank of Nova Scotia, no valor nominal de USD 75.000, prazo de 1 ano e juros pré-fixados de 1,59% ao ano.

d) Debêntures

i. 3ª emissão

Em 15 de setembro de 2013, foram emitidas debêntures referente à 3ª emissão de debêntures simples quirografárias não conversíveis em ações da Companhia. Os recursos foram captados em três séries, totalizando R\$ 540.000.

Em 17 de setembro de 2018, a Companhia realizou pagamento de juros e principal referentes à 3ª emissão de debêntures. As debêntures da 2ª série da 3ª emissão (GASP23) deixaram de ser negociadas em razão de seu vencimento.

Em 15 de setembro de 2020, a Companhia realizou pagamento de juros e principal referentes à 3ª série das debêntures, que deixaram de ser negociadas em razão de seu vencimento.

ii. 4ª emissão

Em 15 de dezembro de 2015, foram emitidas debêntures referente à 4ª emissão de debêntures simples quirografárias não conversíveis em ações da Companhia. Os recursos foram captados em três séries, totalizando R\$ 591.894.

Os juros da segunda e terceira séries serão pagos anualmente em dezembro até o final da operação.

O principal e a atualização monetária da primeira série foram integralmente amortizados ao final da operação em 15 de dezembro de 2020.

O valor do principal e atualização monetária da segunda série será amortizado em duas parcelas anuais no sexto (50%) e no sétimo (50%) anos, portanto o primeiro pagamento será devido em 15 de dezembro de 2021 e o último pagamento será devida em 15 de dezembro de 2022.

O valor do principal e atualização monetária da terceira série será amortizado nos seguintes anos: oitavo ano (33,33%), nono ano (33,335%) e décimo ano (33,335%).

Em 31 de dezembro de 2020 os percentuais de valor justo negociados no mercado secundário eram de 109,13% do preço unitário da curva para a segunda série, 116,09% para a terceira série.

iii. 5ª emissão

Em 15 de dezembro de 2016, foram emitidas debêntures referente a 5ª emissão de debêntures simples quirografárias não conversíveis em ações da Companhia. Os recursos foram captados em série única, totalizando R\$ 675.000.

Os juros da série única serão pagos anualmente em dezembro até o final da operação.

O valor do principal e atualização monetária da série única será integralmente amortizado ao final da operação que ocorrerá em 15 de dezembro de 2023.

Em 31 de dezembro de 2020, o percentual do valor justo negociado no mercado secundário era de 112,78% do preço unitário da curva.

iv. 6ª emissão

Em 15 de outubro de 2017, foram emitidas debêntures referente a 6ª emissão de debêntures simples quirografárias não conversíveis em ações da Companhia. Os recursos foram captados em série única, totalizando R\$ 400.000.

Os juros da série única serão pagos anualmente no mês de outubro até o final da operação.

O valor do principal e atualização monetária da única série será integralmente amortizado ao final da operação que ocorrerá em 15 de outubro de 2024.

Em 31 de dezembro de 2020, o percentual do valor justo negociado no mercado secundário era de 106,66% do preço unitário da curva.

v. 7ª emissão

Em 23 de maio de 2018 foram emitidas debêntures referentes a 7ª emissão de debêntures simples quirografárias não conversíveis em ações da Companhia.

Os recursos foram captados em série única, totalizando R\$ 215.000.

As debêntures da 7ª emissão fazem jus a uma remuneração correspondente a 6,10% + IGPM e possui vencimento em maio de 2028.

Em 31 de dezembro de 2020, o percentual do valor justo negociado no mercado secundário era de 118,77% do preço unitário da curva.

vi. 8ª emissão

Em 15 de outubro de 2019 foram emitidas debêntures referentes a 8ª emissão de debêntures simples quirografárias não conversíveis em ações da Companhia.

Os recursos foram captados em série única, totalizando R\$ 2.000.000.

As debêntures da 8ª emissão fazem jus a uma remuneração correspondente a CDI + 0,5% e possui vencimento em outubro de 2022.

Em 31 de dezembro de 2020, o percentual do valor justo negociado no mercado secundário era de 97,97% do preço unitário da curva.

e) Notas Promissórias

i. 4ª emissão

Em 03 de abril de 2020, foram emitidas 20 (vinte) Notas Promissórias comerciais referentes a 4ª emissão da Companhia, em série única, com valor nominal unitário de R\$ 10.000, totalizando, na data de emissão, o valor de R\$ 200.000.

As Notas da 4ª emissão faziam jus a uma remuneração correspondente a CDI + 3,00%, com vencimento original em 29 de março de 2021. No entanto, por deliberação e aprovação da Companhia e dos Titulares em Assembleia realizada em 30 de dezembro de 2020, as Notas foram resgatadas antecipadamente em 06 de janeiro de 2021.

ii. 5ª emissão

Em 13 de abril de 2020, foram emitidas 20 (vinte) notas promissórias comerciais referentes a 5ª emissão da Companhia, em série única, com valor nominal unitário de R\$ 25.000, totalizando, na data de emissão, o valor de R\$ 500.000.

As Notas da 5ª emissão faziam jus a uma remuneração correspondente a CDI + 3,40%, com vencimento original em 12 de abril de 2021. No entanto, por deliberação e aprovação da Companhia e dos Titulares em Assembleia realizada em 30 de dezembro de 2020, as Notas foram liquidadas antecipadamente em 06 de janeiro de 2021.

iii. 6ª emissão

Em 17 de abril de 2020, foram emitidas 38 (trinta e oito) Notas Promissórias comerciais referentes a 6ª emissão da Companhia, em série única, com valor nominal unitário de R\$ 10.000, totalizando, na data de emissão, o valor de R\$ 380.000.

As Notas da 6ª emissão faziam jus a uma remuneração correspondente a CDI + 3,00%, com vencimento original em 19 de abril de 2021. No entanto, por deliberação e aprovação da Companhia e dos Titulares em Assembleia realizada em 30 de dezembro de 2020, as Notas foram liquidadas antecipadamente em 06 de janeiro de 2021.

Garantias

Até junho de 2020, os contratos de financiamentos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), destinados a investimentos, eram garantidos por fianças bancárias, de acordo com cada contrato. Em 16 de junho de 2020, tais fianças, foram substituídas por conta garantia e liquidadas. (R\$318.843 em 31 de dezembro de 2019).

Os contratos de financiamento com o *European Investment Bank* ("EIB"), destinados a investimentos, são garantidos, de acordo com cada contrato, por fiança bancária, com um custo médio de 1,47% ao ano ou por garantias reais (ativos) e conta de garantia. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de garantias bancárias contratadas era de R\$113.000 (R\$213.715 em 31 de dezembro de 2019).

Cláusulas restritivas ("Covenants")

Algumas dívidas determinam a observância de determinados índices financeiros (*financial covenants*) conforme seguem abaixo:

Dívida	Meta	Índice em 31/12/2020
BNDES	Dívida onerosa líquida / LAJIDA não poderá ser superior a 4,00	1,69
Resolução 4131	Dívida onerosa líquida / LAJIDA não poderá ser superior a 4,00	1,69
Nota promissória	Dívida onerosa líquida / LAJIDA não poderá ser superior a 4,00	1,69
Debentures 4ª a 8ª emissões	Dívida onerosa líquida / LAJIDA não poderá ser superior a 4,00	1,69
Debentures 4ª emissão	Endividamento de curto prazo / Endividamento total não poderá ser superior a 0,6	0,26

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia cumpriu todas as cláusulas restritivas financeiras.

	31/12/2020	31/12/2019
Dívida líquida ⁽ⁱ⁾	4.031.275	3.597.412
LAJIDA ^{(*) (ii)}	2.382.153	2.512.012
(=) Dívida líquida/ LAJIDA	1,69	1,43
(*) <i>últimos doze meses</i>		
	31/12/2020	31/12/2019
Endividamento de curto prazo (líquido de derivativos)	1.735.567	781.416
Endividamento total (líquido de derivativos) ⁽ⁱⁱⁱ⁾	6.633.643	4.881.055
(=) Endividamento de curto prazo/Endividamento total	0,26	0,16

(i) "Dívida onerosa líquida" consiste em dívida circulante e não circulante, líquida de caixa e equivalentes de caixa e de títulos e valores mobiliários. A dívida líquida é uma medida não contábil;

(ii) "LAJIDA" corresponde ao resultado líquido encerrado nos últimos 12 (doze) meses, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações e amortizações;

(iii) "Endividamento total" corresponde ao somatório de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos da Companhia, de curto e longo prazos, (incluindo o saldo líquido das operações com derivativos).

5.6 Fornecedores

	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores de gás/transportes	780.141	815.798
Fornecedores de materiais e serviços	260.552	338.408
	1.040.693	1.154.206

A Companhia tem contratos de suprimento de gás natural com a Petrobras e a Gás Brasileiro, nas seguintes condições:

- Contrato com a Petrobras na modalidade firme, iniciado em janeiro de 2020, com vigência até dezembro 2023, e com quantidade diária contratual de gás nacional de 4,62 milhões de m³/dia no o ano de 2020, denominado Firme Nacional.
- Contrato com a Petrobras na modalidade firme, iniciado em junho 1999, com vigência até dezembro de 2021 e quantidade diária contratual de gás boliviano de 8,10 milhões de m³/dia, denominado TCQ.
- Contrato de gás inscrito no Programa Prioritário de Termoeletricidade (PPT) com a Petrobras, para abastecimento de 0,3 milhões de m³/dia com a Ingredion Brasil Ingredientes Industriais Ltda, com vigência até 31 de março de 2023.
- Contrato com a Gás Brasileiro na modalidade firme, iniciado em abril 2008, com vigência até 26 de março de 2021 e volume médio mensal contratado de 0,760 milhões de m³ e volume anual contratado de 9,12 milhões de m³.

Os contratos de fornecimento de gás natural, contrato Firme Nacional e TCQ, têm os preços compostos por duas parcelas: uma indexada a uma cesta de óleos combustíveis no mercado internacional e reajustada trimestralmente; e outra reajustada anualmente com base na inflação local. Ambos os contratos são indexados à moeda americana.

5.7 Instrumentos financeiros derivativos

Prática Contábil:

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo no final de cada período de relatório. A contabilização de alterações subsequentes no valor justo depende de o derivativo ser designado como um instrumento de *hedge* e, em caso afirmativo, a natureza do item objeto de *hedge*. A Companhia designa certos derivativos como:

- hedges* do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de valor justo); ou
- hedge* de um risco particular associado aos fluxos de caixa de ativos e passivos reconhecidos e transações previstas altamente prováveis (*hedge* de fluxo de caixa).

No início do relacionamento de *hedge*, a Companhia documenta a relação econômica entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos, incluindo mudanças nos fluxos de caixa dos instrumentos de *hedge* devem compensar as mudanças nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*.

A Companhia documenta seu objetivo e estratégia de gerenciamento de risco para a realização de suas operações de *hedge*.

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos designados nas relações de *hedge* são divulgados abaixo. O justo valor total de um derivado de cobertura é classificado como um ativo ou passivo não corrente quando a maturidade remanescente do item coberto é superior a 12 meses; é classificado como ativo ou passivo circulante quando o vencimento remanescente do item objeto de *hedge* for menor que 12 meses.

A Companhia faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge* quanto em uma base contínua, sobre se os instrumentos de *hedge* devem ser altamente eficazes na compensação das mudanças no valor justo ou nos fluxos de caixa dos respectivos itens protegidos atribuíveis. Para o risco coberto, e se os resultados reais de cada *hedge* estão dentro de uma faixa de 60% a 140% (60% - 140% até 31 de dezembro de 2019).

• Derivativos que não se qualificam para contabilidade de *hedge*

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os valores justos relacionados a operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos para proteger a exposição ao risco da Companhia estavam utilizando dados observáveis tais como preços cotados em mercados ativos, ou fluxo de caixa descontado baseado em curvas de mercado, e são apresentados abaixo:

	Nocional ⁽ⁱ⁾		Valor justo	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Risco de taxa de câmbio e juros				
Contratos de <i>swap</i> (juros)	684.501	763.800	211.741	200.104
Contratos de <i>swap</i> (juros e câmbio)	687.723	360.722	208.845	174.626
	1.372.224	1.124.522	420.586	374.730
Total de instrumentos contratados pela Companhia no ativo			420.586	374.730
Circulante			54.218	128.786
Não circulante			366.368	245.944

(i) Estes saldos equivalem ao valor de nocional em Dólar convertidos em R\$ pela taxa de Dólar do dia da contratação.

Derivativos são usados apenas para fins de *hedge* econômico e não como investimentos especulativos.

Hedge de valor justo

A Companhia adota a contabilidade de *hedge* do valor justo para algumas de suas operações, tanto os instrumentos de *hedge* quanto os itens protegidos por *hedge* são contabilizados pelo valor justo por meio do resultado.

Os valores relativos aos itens designados como instrumentos de hedge foram os seguintes:

	<i>Nocional</i>	<i>Valor registrado</i>		<i>Ajuste de valor acumulado</i>	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimo, financiamento e debêntures					
Itens designados					
3ª emissão – 3ª série	-	-	(108.356)	575	(14.822)
5ª emissão – série única	684.501	(890.658)	(868.618)	(22.040)	(90.110)
Total débito	684.501	(890.658)	(976.974)	(21.465)	(104.932)
Instrumentos financeiros derivativos					
Instrumentos de hedge					
3ª emissão – 3ª série	-	-	24.842	862	5.510
5ª emissão – série única	(684.501)	211.741	175.262	10.731	88.583
Total derivativos	(684.501)	211.741	200.104	11.593	94.093
Total	-	(678.917)	(776.870)	(9.872)	(10.839)

5.8 Mensurações de valor justo reconhecidas

Prática Contábil:

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros não pode ser derivado de mercados ativos, seu valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As entradas para esses modelos são obtidas de mercados observáveis, quando possível, mas quando isso não é viável, um grau de julgamento é necessário para determinar os valores justos. O julgamento é necessário na determinação de dados como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nessas variáveis poderiam afetar o valor justo.

Técnicas de avaliação específicas usadas para avaliar instrumentos financeiros incluem:

- i. O uso de preços de mercado cotados;
- ii. Para swaps usamos o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base em curvas de rendimento observáveis no mercado;
- iii. Para outros instrumentos financeiros analisamos o fluxo de caixa descontado.

A Companhia possui uma estrutura de controle estabelecida com relação à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que tem a responsabilidade geral de supervisionar todas as mensurações significativas do valor justo, e reporta diretamente ao Conselho.

A tesouraria regularmente revisa insumos não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se as informações de terceiros, como cotações de corretoras ou serviços de precificação, forem usadas para mensurar os valores justos, a tesouraria avalia as evidências obtidas de terceiros para apoiar a conclusão de que essas avaliações atendem aos requisitos da política da Companhia, incluindo o nível no mercado.

Questões significativas de avaliação são reportadas ao Conselho. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados de mercado observáveis, tanto quanto possível. Os valores justos são categorizados em diferentes níveis em uma hierarquia de valor justo com base nas entradas usadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: as entradas representam preços cotados não ajustados para instrumentos idênticos trocados em mercados ativos.
- Nível 2: as entradas incluem dados observáveis direta ou indiretamente (exceto os de Nível 1), como preços cotados para instrumentos financeiros similares negociados em mercados ativos, preços cotados para instrumentos financeiros idênticos ou similares trocados em mercados inativos e outros dados observáveis de mercado. O valor justo da maioria dos investimentos da Companhia em valores mobiliários, contratos de derivativos e títulos.
- Nível 3: inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Administração é obrigada a usar suas próprias premissas sobre insumos não observáveis, pois há pouca atividade de mercado nesses instrumentos ou dados observáveis relacionados que possam ser corroborados na data de mensuração.

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo como a entrada de nível mais baixo que é significativo para toda a medição.

Todas as estimativas de valor justo resultantes estão incluídas no nível 2.

Os valores contábeis e o valor justo dos ativos e passivos financeiros são os seguintes:

	Valor contábil		Ativos e passivos mensurados ao valor justo ⁽ⁱ⁾	
			Nível 2	Nível 2
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativos				
Aplicação em fundos de investimento	283.192	608.660	283.192	608.660
Títulos e valores mobiliários	991.820	200.233	991.820	200.233
Instrumentos financeiros derivativos	420.586	374.730	420.586	374.730
Total	1.695.598	1.183.623	1.695.598	1.183.623
Passivos				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(1.789.810)	(1.511.785)	(1.789.810)	(1.511.785)
Total	(1.789.810)	(1.511.785)	(1.789.810)	(1.511.785)

- (i) As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Para empréstimos, financiamentos e debêntures, os respectivos valores de mercado se aproximam substancialmente dos valores registrados devido ao fato de que esses instrumentos financeiros estão sujeitos a taxas de juros variáveis.

6 Outros tributos a recuperar

	31/12/2020	31/12/2019
Contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS) ⁽ⁱ⁾	35.539	135.143
Imposto sobre circularização de mercadorias e serviços (ICMS)	159.609	105.114
Programa de Integração Social (PIS) ⁽ⁱ⁾	7.978	29.431
Outros	10	171
	203.136	269.859
Circulante	173.970	249.957
Não circulante	29.166	19.902

⁽ⁱ⁾ Para maiores detalhes, vide nota explicativa 13 letra d.

7 Gás pago e não retirado

Prática contábil:

Reconhecidos pelo custo, classificado como circulante ou não circulante a depender da expectativa de realização.

	31/12/2020	31/12/2019
Gás pago e não retirado	-	23.464
	-	23.464

Os contratos de suprimento de gás natural têm características específicas, como obrigações de retirada mínima por parte da Companhia.

Caso a Companhia consuma abaixo das obrigações contratuais, deverá efetuar o pagamento das diferenças entre o volume consumido e os volumes mínimos obrigatórios contratados, podendo compensá-los (através do consumo) ao longo do período de vigência do respectivo contrato, desde que o consumo exceda a quantidade mínima contratada.

8 Ativos intangíveis

Práticas contábeis:

a) Ativos intangíveis relacionados ao contrato de concessão

A Companhia possui um contrato de concessão pública para um serviço de distribuição de gás no qual o Poder Concedente controla quais serviços serão prestados e o preço, além de deter participação significativa na infraestrutura ao final da concessão. Este contrato de concessão representa o direito de cobrar os usuários pelo fornecimento de gás durante o prazo do contrato. Dessa forma, a Companhia reconhece esse direito como um ativo intangível.

Os ativos adquiridos ou construídos subjacentes à concessão, necessários para a distribuição de gás, são depreciados pelo período no qual se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam revertidos para a Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. Este período reflete a vida útil econômica de cada um dos ativos subjacentes que compõem a concessão, uma parte do ativo é convertida em ativo financeiro, pois representa um contas a receber do poder concedente.

Essa classificação está de acordo com o ICPC 01 / IFRIC 12 - Contratos de Concessão. Essa vida útil econômica também é utilizada pelo órgão regulador para determinar a base de mensuração da tarifa para a prestação dos serviços objeto da concessão.

A construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço ao Poder Concedente e a receita relacionada é reconhecida a valor justo. Os custos de financiamento diretamente relacionados à construção são capitalizados.

A Companhia não reconhece margem na construção da infraestrutura.

Os intangíveis em andamento são mensurados ao custo e capitalizados à medida em que estão disponíveis para uso da concessão.

A Comgás reavalia a vida útil, sempre que essa avaliação indicar que o período de amortização excederá o prazo do contrato de concessão, uma parte do ativo é convertida em ativo financeiro, pois representa um contas a receber do poder concedente. Essa classificação está de acordo com o ICPC 01 / IFRIC 12 - Contratos de Concessão.

b) Contratos com clientes

Os custos incorridos no desenvolvimento de sistemas de gás para novos clientes (incluindo oleodutos, válvulas e equipamentos em geral) são reconhecidos como ativos intangíveis e amortizados durante o período do contrato.

c) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

d) Amortização

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear, baseado nas vidas úteis estimadas, a partir da data em que estão disponíveis para uso.

A amortização dos ativos intangíveis reflete o padrão esperado para a utilização dos benefícios econômicos futuros pela Companhia, que corresponde à vida útil dos ativos que compõem a infraestrutura.

A amortização dos ativos intangíveis é descontinuada quando o respectivo ativo é utilizado ou baixado integralmente, não sendo mais incluído na base de cálculo da tarifa de prestação dos serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

	Contrato de concessão	Fidelização de clientes	Fidelização de clientes em andamento	Outros	Total
Valor de custo:					
Saldo em 1º de janeiro de 2019	6.740.923	777.441	28.370	-	7.546.734
Adições	-	-	85.439	-	85.439
Baixas	(67.261)	(214)	-	-	(67.475)
Transferências ⁽ⁱ⁾	447.862	46.918	(58.477)	-	436.303
Saldo em 31 de dezembro de 2019	7.121.524	824.145	55.332	-	8.001.001
Adições	-	-	111.659	-	111.659
Baixas	(50.969)	(132)	-	-	(51.101)
Transferências ⁽ⁱ⁾	772.792	88.983	(92.932)	1.787	770.630
Saldo em 31 de dezembro de 2020	7.843.347	912.996	74.059	1.787	8.832.189
Valor de amortização:					
Saldo em 1º de janeiro de 2019	(2.320.225)	(655.211)	-	-	(2.975.436)
Adições	(272.597)	(62.839)	-	-	(335.436)
Baixas	14.747	64	-	-	14.811
Transferências	(8)	300	-	-	292
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(2.578.083)	(717.686)	-	-	(3.295.769)
Adições	(298.508)	(59.438)	-	(128)	(358.074)
Baixas	31.963	109	-	-	32.072
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(2.844.628)	(777.015)	-	(128)	(3.621.771)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.543.441	106.459	55.332	-	4.705.232
Saldo em 31 de dezembro de 2020	4.998.719	135.981	74.059	1.659	5.210.418

⁽ⁱ⁾ O montante das transferências contempla, também, uma parcela do ativo intangível que foi reclassificada para ativo financeiro de acordo com os preceitos do IFRIC 12/ ICPC 01.

Redução ao valor recuperável

Os ativos intangíveis de vida útil definida, que estão sujeitos à amortização, são testados para *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável, o que não ocorreu para o exercício. Não há intangíveis de vida útil indefinida na Companhia.

9 Ativos de contrato

Prática contábil

Ativos de contrato são mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Quando os ativos entram em operação, os valores depreciáveis no contrato de concessão são transferidos para ativos intangíveis (Nota 8).

	Ativos de contrato
Valor de custo:	
Saldo em 1º de janeiro de 2019	217.855
Adições	813.341
Transferência para ativo intangível ⁽ⁱ⁾	(436.595)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	594.601
Adições	885.631
Transferência para ativo intangível ⁽ⁱ⁾	(793.542)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	686.690

⁽ⁱ⁾ O montante das transferências contempla, também, uma parcela do ativo intangível que foi reclassificada para ativo financeiro de acordo com os preceitos do IFRIC 12/ ICPC 01.

Capitalização de custos de empréstimos

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram capitalizados R\$ 36.522 a uma taxa média de 7,40% a.a. (R\$ 19.877 e 7,29% no exercício findo em 31 de dezembro de 2019).

10 Compromissos

Compromissos com contratos de fornecimento

Considerando os atuais contratos de fornecimento de gás, a Comgás possui um compromisso financeiro total em um valor presente estimado de R\$ 8.621.515 cujo valor inclui o mínimo estabelecido em contrato tanto em commodities quanto em transporte, com prazo até dezembro de 2023.

11 Ativos e passivos setoriais

Prática contábil

Os ativos e passivos financeiros setoriais têm a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado da Companhia, em função da diferença entre o custo de gás e alíquotas de tributos contidas nas portarias emitidas pela ARSESP, e os efetivamente contemplados na tarifa, a cada reajuste/revisão tarifária. Estas diferenças entre o custo real e o custo considerado nos reajustes tarifários geram um direito à medida que o custo realizado for maior que o contemplado na tarifa, ou uma obrigação, quando os custos são inferiores aos contemplados na tarifa. As diferenças são consideradas pelas ARSESP no reajuste tarifário subsequente, e passam a compor o índice de reajuste tarifário da Companhia.

Conforme disposto na Deliberação nº 1010, eventuais saldos nas contas gráficas existentes ao final da concessão serão indenizados a Companhia ou devolvidos aos usuários no período de 12 meses antes do encerramento do período da concessão. O saldo é composto: (i) pelo ciclo anterior (em amortização), que representa o saldo homologado pela ARSESP já contemplado na tarifa e (ii) pelo ciclo em constituição, que são as diferenças que serão homologadas pela ARSESP no próximo reajuste tarifário.

Ainda, tal deliberação versou sobre o saldo contido na conta corrente de tributos, que acumula valores relativos a créditos tributários aproveitados pela Companhia mas, que essencialmente, fazem parte da composição tarifária e devem ser, posteriormente, repassados via tarifa.

Com o advento da referida deliberação, a Companhia entende não haver mais incerteza significativa que seja impeditiva para o reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais como valores efetivamente a receber ou a pagar. Desta forma, reconhece contabilmente a partir de 10 de junho de 2020 os ativos e passivos financeiros setoriais em suas demonstrações financeiras. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia registrou o saldo de passivo financeiro setorial líquido de (R\$324.162), sendo (R\$364.565) em contrapartida à receita operacional líquida e custo dos produtos vendidos, R\$13.458 em contrapartida ao resultado financeiro e R\$ 26.945 em contrapartida a outras receitas operacionais.

O saldo do ativo (passivo) financeiro setorial líquido é apresentado a seguir:

	31/12/2020
Custo de gás	241.749
Créditos de tributos	(565.911)
	(324.162)

A movimentação do ativo (passivo) financeiro setorial líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi a seguinte:

	Ativo Setorial	Passivo Setorial	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2020	-	-	-
Custo de gás ⁽ⁱ⁾	201.346	-	201.346
Créditos de tributos ⁽ⁱⁱ⁾	-	(565.911)	(565.911)
Atualização ⁽ⁱⁱⁱ⁾	13.458	-	13.458
Receitas não operacionais ^(iv)	26.945	-	26.945
Saldo em 31 de dezembro de 2020	241.749	(565.911)	(324.162)
Circulante	241.749	(91.912)	149.837
Não circulante	-	(473.999)	(473.999)
	241.749	(565.911)	(324.162)

⁽ⁱ⁾ Refere-se ao custo do gás adquirido superior àquele contido nas tarifas, 100% classificados no ativo circulante, uma vez que a deliberação da ARSESP prevê recuperação tarifária em bases trimestrais.

⁽ⁱⁱ⁾ Créditos, majoritariamente, da exclusão do ICMS na base do PIS e da COFINS que serão devolvidos aos consumidores quando do trânsito em julgado da ação, e que deverão ser objetos de discussão junto à ARSESP a respeito dos mecanismos e critérios de ressarcimento conforme descrito na nota 13.1.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Atualização monetária sobre a conta corrente de gás.

^(iv) Ressarcimento das despesas com perdas regulatórias conforme Deliberação ARSESP 977 de 08 de abril de 2020.

12 Imposto de renda e contribuição social

Prática contábil:

A taxa combinada de imposto de renda e contribuição social é de 34%, sendo reconhecidos no resultado, exceto em algumas transações que são reconhecidas no patrimônio líquido.

i. Imposto de renda e contribuição social corrente

É o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, usando as taxas vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

ii. Imposto de renda e contribuição social diferido

É reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

A mensuração do imposto diferido reflete a maneira como a Companhia espera, ao final do período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão.

Impostos diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legalmente aplicável de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionarem a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável.

iii. Riscos fiscais

Na determinação do valor do imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e juros adicionais podem ser devidos. Essa avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que pode fazer com que a Companhia mude seu julgamento com relação à adequação de passivos fiscais existentes; tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que tal determinação for realizada.

iv. Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos

Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos, a Administração considera as projeções de lucros tributáveis futuros e os movimentos de diferenças temporárias. Quando não é provável que parte ou todos os impostos sejam realizados, o ativo fiscal é revertido. Não há prazo para o uso de prejuízos fiscais e bases negativas, mas o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores está limitado a 30% dos lucros tributáveis anuais.

a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	1.719.877	1.993.963
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	(584.758)	(677.947)
<i>Ajustes para cálculo da taxa efetiva</i>		
Diferenças permanentes (doações, brindes, etc.)	(678)	(15.861)
Juros sobre capital próprio	9.464	56.084
Outros	6.708	10.940
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	(569.264)	(626.784)
Taxa efetiva	33,10%	31,43%

b) Ativos e passivos de imposto de renda diferido

Os efeitos fiscais das diferenças temporárias que dão origem a partes significativas dos ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são apresentados abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Créditos ativos de:		
Diferenças temporárias	24.572	35.928
Variação cambial - Empréstimos e financiamentos ⁽ⁱⁱ⁾	40.866	6.904
Provisão para demandas judiciais	22.556	41.112
Obrigação de benefício pós-emprego ⁽ⁱ⁾	200.355	214.387
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	14.254	9.439
Ativos e passivos setoriais	-	53.875
Transações com pagamento baseado em ações	3.027	1.754
Provisões de participações no resultado	11.513	9.959
Outros	7.999	971
Tributos diferidos - Ativos	325.142	374.329
Créditos passivos de diferenças temporárias		
Revisão de vida útil de imobilizado e intangível	(230.098)	(257.436)
Arrendamento mercantil	(3.245)	243
Resultado não realizado com derivativos	(97.047)	(82.477)
Outros	(28.527)	(16.200)
Tributos diferidos - Passivos	(358.917)	(355.870)
Total de tributos diferidos registrados	(33.775)	18.459

⁽ⁱ⁾ O crédito relacionado à diferença de base contábil e fiscal do plano de benefício pós-emprego tem um período estimado de realização financeira de 14,9 anos.

⁽ⁱⁱ⁾ A Companhia optou pelo regime de caixa para a tributação da variação cambial dos empréstimos e financiamentos.

i. Impostos diferidos ativos	Obrigação de benefício pós-emprego	Benefícios a empregados	Provisões	Variação cambial - Empréstimos e financiamentos	Outros	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2019	171.468	869	70.238	-	60.693	303.268
(Cobrado) / creditado do resultado do exercício	6.131	10.844	16.241	-	(5.847)	27.369
dos outros resultados abrangentes	36.788	-	-	-	-	36.788
Diferenças cambiais	-	-	-	6.904	-	6.904
Saldo em 31 de dezembro de 2019	214.387	11.713	86.479	6.904	54.846	374.329
(Cobrado) / creditado do resultado do exercício	14.961	2.827	(25.097)	-	(46.847)	(54.156)
dos outros resultados abrangentes	(28.993)	-	-	-	-	(28.993)
Diferenças cambiais	-	-	-	33.962	-	33.962
Saldo em 31 de dezembro de 2020	200.355	14.540	61.382	40.866	7.999	325.142

ii. Impostos diferidos passivos	Imobilizado	Resultado não realizado com derivativos	Arrendamento	Outros	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2019	(284.774)	(104.613)	(14)	(16.293)	(405.694)
(Cobrado) / creditado do resultado do exercício	27.338	22.136	257	93	49.824
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(257.436)	(82.477)	243	(16.200)	(355.870)
(Cobrado) / creditado do resultado do exercício	27.338	(14.570)	(3.488)	(12.327)	(3.047)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(230.098)	(97.047)	(3.245)	(28.527)	(358.917)

c) Movimentação dos impostos diferidos (líquidos)

Saldo em 01 de janeiro de 2019	(102.426)
Tributos diferidos reconhecidos no resultado do exercício	84.097
Outros resultados abrangentes	36.788
Saldo em 31 de dezembro de 2019	18.459
Tributos diferidos reconhecidos no resultado do exercício	(23.241)
Outros resultados abrangentes	(28.993)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(33.775)

d) Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

Na avaliação da capacidade de recuperação dos tributos diferidos, a administração considera as projeções do lucro tributável futuro e as movimentações das diferenças temporárias. Quando for mais provável que uma parte ou a totalidade dos tributos não será realizada a provisão é revertida.

13 Provisão para demandas e depósitos judiciais

Prática contábil:

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

A avaliação da perda de probabilidade inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões judiciais mais recentes e a relevância no sistema legal, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas pelas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

	Provisão para demandas judiciais		Depósitos judiciais	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Tributárias	8.117	8.663	22.063	21.716
Cíveis, ambientais e regulatórias	24.177	47.213	26.729	20.828
Trabalhistas	41.942	72.859	11.602	9.560
	74.236	128.735	60.394	52.104

Movimentação das provisões para processos judiciais:

	Tributárias	Cíveis, ambientais e regulatórias	Trabalhistas	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2019	8.350	44.420	68.202	120.972
Provisionado no exercício	-	2.187	7.219	9.406
Baixas por reversão / pagamento	-	(4.339)	(10.808)	(15.147)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	313	3.983	8.246	12.542
Transferência	-	962	-	962
Saldo em 31 de dezembro de 2019	8.663	47.213	72.859	128.735
Provisionado no exercício	-	2.077	4.786	6.863
Baixas por reversão / pagamento	(419)	(20.232)	(20.811)	(41.462)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	(127)	(4.881)	(14.892)	(19.900)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	8.117	24.177	41.942	74.236

⁽ⁱ⁾ Inclui baixa de juros por reversão.

Perdas possíveis

Os principais processos para os quais consideramos o risco de perda possível são descritos abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Tributárias	1.957.950	1.303.477
Cíveis, ambientais e regulatórias	170.817	93.158
Trabalhistas	32.530	35.954
	2.161.297	1.432.589

a) Tributárias

As principais demandas judiciais tributárias, cuja probabilidade de perda é possível e, por consequência, nenhuma provisão foi reconhecida nas demonstrações financeiras, estão destacadas abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
IRPJ/CSLL ⁽ⁱ⁾	1.742.168	760.961
Compensação tributos federais	118.372	459.599
Outros	97.410	82.917
	1.957.950	1.303.477

⁽ⁱ⁾ A Companhia teve ciência da não homologação de compensações de débitos tributários, utilizando créditos decorrentes de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), questionado em esfera administrativa. Durante o período findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia tomou ciência de um período adicional de compensações da mesma natureza, aumentando, portanto, o valor das perdas possíveis relacionadas a IRPJ/CSLL.

As contingências tributárias referem-se as autuações fiscais principalmente na esfera Federal avaliadas como perdas possíveis pelos advogados e pela administração e, portanto, sem constituição de provisão.

b) Trabalhistas

Os processos trabalhistas referem-se a questionamentos em diversos pedidos de reclamação relativos a diferenças salariais, horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade, e responsabilidade solidária, dentre outros.

c) Cíveis

Os processos cíveis são advindos do curso normal das atividades da Companhia, envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos de acidentes ocorridos na rede.

d) Ativo contingente

- (i) Em 15 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (“STF”) concluiu o julgamento do Recurso Extraordinário nº 574.706 e, sob a sistemática da repercussão geral, fixou a tese de que o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (“ICMS”) não compõe a base de cálculo do Programa de Integração Social (“PIS”) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”), uma vez que este valor não constitui receita/faturamento da Companhia. Ou seja, os contribuintes têm o direito de excluir o valor relativo ao ICMS destacado na nota fiscal da base de cálculo do PIS e COFINS. Em 2018, a Companhia reconheceu os créditos referentes aos períodos posteriores a março de 2017, com base na decisão proferida naquela data pelo STF. Adicionalmente, os valores reconhecidos, relativos a períodos anteriores, para as Companhias do grupo com decisões finais favoráveis sobre a referida matéria, foram apurados a partir dos sistemas contábeis e fiscais, considerando o montante de ICMS destacado nas notas fiscais. A acuracidade dos valores foi testada mediante cruzamento das informações com as obrigações acessórias pertinentes.

Ainda há um montante aproximado de R\$932.000, o que inclui atualização monetária referente à exclusão de ICMS na base de PIS e COFINS, decorrente de período anterior à decisão do STF e sem trânsito em julgado, que permanece como ativo contingente, não tendo havido nenhum registro contábil.

- (ii) Em 06 de dezembro de 2019, a ARSESP publicou a Deliberação nº 933, para fins de compensação não tarifária à Concessionária, o valor de R\$ 697.233 em moeda de abril de 2018, antes de atualizações monetárias, resultado da 3ª Revisão Tarifária Ordinária, a ser aplicado na forma que vier a ser definida pelo Poder Concedente até 31 de maio de 2020. O valor indicado na deliberação não foi reconhecido nestas demonstrações financeiras, por não atender os critérios contábeis.

Em 27 de maio de 2020, em continuidade à Deliberação nº 933, a ARSESP aprovou, por meio da Deliberação nº 995, o montante de R\$683.358 mais atualização monetária desde abril de 2018, como resultado da Terceira Revisão Tarifária Ordinária, a ser aplicada ao valor dos ativos devolvidos pela Companhia, no término da concessão, ou a qualquer valor a pagar pela Companhia, se a concessão for renovada ou em conexão com qualquer renovação do contrato de concessão.

- (iii) A Companhia possui uma ação indenizatória em razão de desequilíbrio econômico e financeiro do Contrato de Concessão, no que concerne às revisões tarifárias. O direito a recomposição é resultado de equivocados critérios quanto à revisão tarifária. O valor atualizado da ação é de R\$732.950 a título de reequilíbrio econômico-financeiro da Companhia, não tendo havido nenhum registro contábil.

14 Patrimônio líquido

Práticas contábeis:

a) Capital social

Ações ordinárias e preferenciais

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquidos de impostos.

Dividendos

Os valores de dividendos mínimos estabelecidos no estatuto social, 25%, são contabilizados como um passivo no final de cada exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovado pelos acionistas em assembleia geral.

Os juros sobre o capital próprio são tratados como dividendos e são apresentados como uma redução do patrimônio líquido. O benefício fiscal relacionado é registrado na demonstração do resultado.

Os dividendos são calculados e pagos de acordo com as demonstrações contábeis preparadas de acordo com as normas contábeis adotadas no Brasil.

Reserva legal

Objetiva aumentar o capital da sociedade ou absorver prejuízos, mas não pode ser distribuída sob a forma de dividendos. É constituída com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social.

Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente do lucro do exercício com base na proposta da administração, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios da Companhia, conforme orçamento de capital a ser aprovado pelo Conselho de Administração e submetido à Assembleia Geral.

O capital social está representado por 103.863 ações ordinárias sem valor nominal e totalmente integralizadas e 28.658 ações preferenciais de classe A, e sua composição é a que segue:

Acionistas	Quantidade de ações - milhares em 31/12/2020					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Compass Gás e Energia S.A.	103.699	99,84	27.682	96,59	131.381	99,14
Outros	164	0,16	976	3,41	1.140	0,86
Total	103.863	100,00	28.658	100,00	132.521	100,00

Acionistas	Quantidade de ações - milhares em 31/12/2019					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Cosan S.A.	103.699	99,84	27.682	96,59	131.381	99,14
Outros	164	0,16	976	3,41	1.140	0,86
Total	103.863	100,00	28.658	100,00	132.521	100,00

A movimentação da quantidade de ações nos exercícios está apresentada a seguir:

Quantidades de ações	Ordinárias	Preferenciais	Total
Em 31 de dezembro de 2018	103.473	28.550	132.023
Aumento de capital	390	108	498
Em 31 de dezembro de 2019	103.863	28.658	132.521
Em 31 de dezembro de 2020	103.863	28.658	132.521

b. Lucros acumulados

Em 1º de janeiro de 2019

Resultado líquido do exercício	1.367.179
Juros sobre capital próprio 2019, imputados como dividendo mínimo obrigatório	(164.955)
Transferência para reserva legal	(68.359)
Transferência para retenção de lucro	(135.907)
Dividendos	(997.958)

Em 31 de dezembro de 2019

-

Em 1º de janeiro de 2020

Resultado líquido do exercício	1.150.613
Juros sobre capital próprio 2020, imputados como dividendo mínimo obrigatório	(27.837)
Transferência para reserva legal	(38.904)
Transferência para retenção de lucro	(111.709)
Dividendos	(972.163)

Em 31 de dezembro de 2020

-

c. Juros sobre capital próprio

Em 04 de dezembro de 2020, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio, referente ao período compreendido em 1º de janeiro de 2020 e 30 de novembro de 2020, no valor de R\$ 27.837, antes dos tributos, que foi pago em 23 de dezembro de 2020.

d. Dividendos

Em 28 de janeiro 2020, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de dividendos intercalares, no valor de R\$ 135.907 com base no saldo da reserva de lucros gerados no exercício anterior. O montante de R\$ 135.879 foi pago em 07 de fevereiro de 2020.

Em 04 de dezembro de 2020, foi deliberado e aprovado o pagamento de dividendos intercalares no valor de R\$ 972.163 com base nas demonstrações financeiras intermediárias da Companhia de 30 de novembro de 2020. O montante de R\$ 971.958 foi pago em 18 de dezembro de 2020.

Resultado líquido do exercício	1.150.613
Lucro disponível para distribuição em 31 de dezembro de 2020	1.150.613
Constituição da reserva legal ⁽ⁱ⁾	(38.904)
Base de cálculo para distribuição dos dividendos	1.111.709
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	277.927
Juros sobre capital próprio bruto	(27.837)
Imposto de renda sobre juros sobre capital próprio	4.176
Juros sobre capital próprio líquido	(23.661)
Dividendos intercalares pagos	(972.163)
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos	(995.824)
Total do lucro a destinar em 2020	111.709

⁽ⁱ⁾ A Companhia constituiu em 31 de dezembro de 2020 R\$ 38.904 de reserva legal, até o limite de 20% do capital social.

e. Destinação do saldo do resultado do exercício

Caberá à próxima Assembleia Geral Ordinária deliberar sobre o valor da retenção de lucros que exceder o capital social conforme estabelecido na Lei nº 6.404, artigo 199, assim como toda destinação do lucro líquido.

15 Lucro por ação

Prática contábil:

a) Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se:

- O lucro atribuível aos acionistas controladores, excluindo quaisquer custos de serviço de patrimônio que não sejam ações ordinárias; e
- Pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustada pelos elementos do bônus em ações ordinárias emitidas durante o ano.

b) Lucro diluído por ação

O lucro diluído por ação ajusta os valores usados na determinação do lucro básico por ação para levar em conta:

- O efeito depois do imposto sobre o rendimento dos juros e outros custos de financiamento associados a potenciais ações ordinárias diluidoras; e
- O número médio ponderado de ações ordinárias adicionais que estariam em circulação, assumindo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

A tabela a seguir apresenta o cálculo do lucro por ação (em milhares de reais, exceto os valores por ação):

	31/12/2020	31/12/2019
Resultado básico por ação		
Numerador		
Resultado do exercício	1.150.613	1.367.179
Ações ordinárias	882.702	1.048.843
Ações preferenciais	267.911	318.336
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	103.863	103.863
Média ponderada de número de ações preferenciais	28.658	28.658
Resultado básico por ação		
Ação ordinária	8,49874	10,09835
Ação preferencial	9,34861	11,10819
Efeito da diluição:		
Numerador		
Resultado do exercício	1.150.613	1.367.179
Ações ordinárias	880.106	1.046.740
Ações preferenciais	270.507	320.439
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	103.863	103.863
Média ponderada de número de ações preferenciais	29.021	28.905
Resultado diluído por ação		
Ação ordinária	8,47374	10,07811
Ação preferencial	9,32111	11,08592

A Companhia possui uma categoria de possível efeito diluidor, que são seus planos de remuneração baseados em ações, nesse caso é feito um cálculo para determinar o efeito da diluição no lucro atribuível aos acionistas da Companhia em razão do exercício das opções de ações.

16 Receitas

Prática contábil:

A Companhia reconhece receitas das seguintes fontes principais:

i. Receita faturada

A receita de distribuição de gás é reconhecida quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, sendo reconhecida no resultado no mesmo período em que os volumes são entregues aos clientes baseado nas medições mensais realizadas.

ii. Receita não faturada

Receita de gás não faturada refere-se à porção de gás fornecida para a qual a medição e o faturamento para os clientes ainda não ocorreram. Este montante é estimado com base no período entre a data da última medição e o último dia do mês.

O volume real faturado pode ser diferente das estimativas. A Companhia acredita que, com base em sua experiência histórica com operações similares, o valor estimado não faturado não diferirá significativamente dos valores reais.

iii. Receita de construção em concessão

A construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço de construção prestado ao Poder Concedente, e a receita relacionada é reconhecida no resultado na fase de finalização da obra.

Os custos de construção são reconhecidos por referência ao estágio de conclusão da atividade de construção no final do período de relatório, e são incluídos no custo das vendas.

iv. Receita de prestação de serviços

As receitas de serviços são reconhecidas quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão, quando o estágio de conclusão da transação no final do período puder ser determinado e mensurado de forma confiável, bem como quando seu montante e os custos relacionados podem ser mensurados com segurança.

A seguir, é apresentada uma análise da receita da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	31/12/2020	31/12/2019
Receita bruta na venda de gás	10.217.166	11.120.950
Receita bruta na prestação de serviços	67.051	73.342
Receita de construção	885.630	813.341
Impostos e deduções sobre vendas	(2.852.156)	(2.493.411)
Receita operacional líquida	8.317.691	9.514.222

17 Custos e despesas por natureza

Prática contábil:

Custo das vendas inclui o custo das aquisições de gás e transporte, líquido de impostos.

Custo dos serviços prestados compreende os gastos de pessoal e a amortização de ativos relacionados às prestações de serviços.

As despesas são apresentadas na demonstração do resultado por função. A reconciliação do rendimento por natureza/ finalidade é a seguinte:

	31/12/2020	31/12/2019
Custo do gás ⁽ⁱ⁾	(3.867.044)	(4.885.497)
Custo do transporte e outros	(753.603)	(703.500)
Custo de construção	(885.630)	(813.341)
Despesas com pessoal	(184.717)	(234.661)
Despesas com materiais/ serviços	(300.441)	(324.087)
Amortização	(379.261)	(338.269)
	(6.370.696)	(7.299.355)
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(5.506.277)	(6.402.338)
Despesas de vendas	(156.893)	(154.908)
Despesas gerais e administrativas	(707.526)	(742.109)
	(6.370.696)	(7.299.355)

⁽ⁱ⁾ Inclui o montante de R\$ 201.346 decorrente do reconhecimento do ativo setorial detalhado na nota 11.

18 Resultados financeiros

Prática contábil:

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, ganhos no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, ganhos em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida na medida em que é reconhecida no resultado, usando o método da taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, liquidação do desconto de provisões e diferimento, perdas do valor justo de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado perda e contraprestação contingente, perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em ativos financeiros (que não sejam contas a receber), perdas em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais sobre ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira ou despesa financeira, dependendo se as flutuações líquidas da moeda estrangeira resultam em uma posição de ganho ou perda.

Os detalhes das receitas e custos financeiros são os seguintes:

	31/12/2020	31/12/2019
Custo da dívida bruta		
Juros sobre dívida	(268.867)	(259.674)
Ajuste a valor justo dívida e derivativos	(126.356)	(14.257)
Variação cambial sobre dívida	(150.227)	(27.518)
Derivativos de câmbio	169.206	27.461
Fianças e garantias sobre dívidas	(19.761)	(20.925)
	(396.005)	(294.913)
Rendimentos de aplicações financeiras	63.642	138.972
	63.642	138.972
Custo da dívida, líquida	(332.363)	(155.941)
Outros encargos e variações monetárias		
PIS e COFINS s/receitas financeiras	(6.534)	(8.667)
Juros sobre outras operações	63.085	32.548
Juros sobre clientes	42.656	33.057
Juros sobre depósitos judiciais	2.244	735
Juros sobre passivo atuarial e outros	(51.327)	(47.351)
Outras variações monetárias	(560)	(11)
Juros sobre contingências	11.011	(8.715)
Despesas bancárias	10.425	(26.036)
Ajuste a valor presente	(22.116)	-
	48.884	(24.440)
Resultado financeiro, líquido	(283.479)	(180.381)
Reconciliação		
Despesas financeiras	(354.607)	(405.098)
Receitas financeiras	178.504	205.637
Variação cambial líquida	(150.227)	(27.518)
Derivativos ⁽ⁱ⁾	42.851	46.598
Resultado financeiro, líquido	(283.479)	(180.381)

⁽ⁱ⁾ Contempla o resultado de derivativo de câmbio e juros.

19 Gestão de risco financeiro

Prática contábil:

Esta nota explica a exposição da Companhia a riscos financeiros e como esses riscos podem afetar o seu desempenho financeiro futuro. As informações de lucros e perdas do ano atual foram incluídas, quando relevante, para adicionar mais contexto.

O gerenciamento de risco financeiro da Companhia é controlado pela tesouraria sob políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. O Conselho fornece princípios escritos para o gerenciamento de risco global, bem como políticas que cobrem áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excesso de liquidez. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege os riscos financeiros em estreita cooperação com as unidades operacionais da Companhia.

Quando todos os critérios relevantes são atendidos, a contabilidade de *hedge* é aplicada para eliminar o descasamento contábil entre o instrumento de *hedge* e o item coberto. Isso resultará efetivamente no reconhecimento da despesa de juros a uma taxa de juros fixa para os empréstimos com taxa de juros flutuante protegidos.

A política da Companhia é manter uma base de capital robusta para promover a confiança dos investidores, credores e mercado, e para garantir o desenvolvimento futuro do negócio. A administração monitora que o retorno sobre o capital é adequado para cada um de seus negócios.

A utilização de instrumentos financeiros para proteção contra essas áreas de volatilidade é determinada por meio de uma análise da exposição ao risco que a administração pretende cobrir.

a) Risco de mercado

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições ao risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para administrar riscos de mercado. Todas essas transações são realizadas dentro das diretrizes estabelecidas pela Política de Tesouraria.

i. Risco cambial

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia apresentava a seguinte exposição líquida à variação cambial dos ativos e passivos denominados em Dólar:

	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(892.775)	(534.810)
Instrumentos financeiros derivativos	892.775	534.810
Risco cambial líquido	-	-

A sensibilidade do resultado às mudanças nas taxas de câmbio decorre principalmente de instrumentos financeiros denominados em dólares.

O cenário provável foi definido com base nas taxas de mercado de dólares norte-americanos projetados para 31 de dezembro de 2020, que determina o valor justo dos derivativos naquela data. Cenários estressados (efeitos positivos e negativos, antes dos impostos) foram definidos com base em impactos adversos de 25% e de 50% nas taxas de câmbio de dólar norte-americano usados no cenário provável.

Com base nos instrumentos financeiros denominados em dólares norte-americanos, levantados em 31 de dezembro de 2020, a Companhia realizou uma análise de sensibilidade com aumento e diminuição das taxas de câmbio (R\$/US\$) de 25% e 50%.

O cenário provável considera as taxas de câmbio estimadas, realizadas por terceira parte especializada, na data de vencimento das operações para as Companhias com moeda funcional Real (positivos e negativos, antes dos efeitos fiscais), da seguinte forma:

Análise de sensibilidade das taxas de câmbio (R\$/US\$)						
Dólar	31/12/2020	Provável	Cenário			
			25%	50%	-25%	-50%
	5,20	4,85	6,06	7,28	3,64	2,43

Instrumento	Fator de risco	Provável	Cenário			
			25%	50%	-25%	-50%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Aumento na taxa de câmbio R\$/ US\$	59.562	(208.303)	(416.606)	(208.303)	(416.606)
Derivativos de taxa de juros e câmbio	Queda na taxa de câmbio R\$/ US\$	(59.562)	208.303	416.606	208.303	416.606
Impactos de (perda) ou ganhos no exercício		-	-	-	-	-

ii. Risco da taxa de juros

A Companhia monitora as flutuações nas taxas de juros variáveis relacionadas com seus empréstimos e usam instrumentos derivativos para minimizar os riscos de flutuação das taxas de juros variáveis.

O cenário provável considera a taxa de juros estimada, feita por uma terceira parte especializada e o Banco Central do Brasil, ou BACEN, como segue:

Análise de sensibilidade das taxas de juros					
	Provável	Cenário			
		25%	50%	-25%	-50%
SELIC	2,23	2,79	3,35	1,68	1,12
CDI	2,23	2,79	3,35	1,68	1,12
TJLP	4,70	5,88	7,05	3,53	2,35
TJLP462	5,70	6,88	8,05	4,53	3,35
IPCA	3,37	4,21	5,05	2,53	1,68
IGPM	4,34	5,43	6,52	3,26	2,17

Uma análise de sensibilidade sobre as taxas de juros de empréstimos e financiamentos em compensação dos investimentos do CDI com aumentos e reduções antes dos impostos de 25% e 50% é apresentada abaixo:

	Provável	Cenário			
		25%	50%	-25%	-50%
Caixa e equivalentes de caixa	35.969	44.961	53.953	26.977	17.984
Títulos e valores mobiliários	22.151	27.688	33.226	16.613	11.075
Derivativos de taxa de juros	(7.302)	(17.749)	(47.447)	45.799	81.961
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(199.684)	(243.704)	(287.724)	(155.664)	(111.644)
Impactos de (perda) ou ganhos no exercício	(148.866)	(188.804)	(247.992)	(66.275)	(624)

b) Risco de crédito

As operações regulares da Companhia expõem-no a potenciais incumprimentos quando clientes, fornecedores e contrapartes não conseguem cumprir os seus compromissos financeiros ou outros. A Companhia procura mitigar esse risco realizando transações com um conjunto diversificado de contrapartes. No entanto, a Companhia continua sujeita a falhas financeiras inesperadas de terceiros que poderiam interromper suas operações. A exposição ao risco de crédito foi a seguinte:

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa	1.610.548	1.083.410
Títulos e valores mobiliários	991.820	200.233
Contas a receber de clientes ⁽ⁱ⁾	995.223	987.397
Instrumentos financeiros derivativos	420.586	374.730
Recebíveis de partes relacionadas	769	1.820
	4.018.946	2.647.590

⁽ⁱ⁾ Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possuía uma carteira de aproximadamente 2.101 milhões de clientes, dos segmentos residencial, comercial, industrial, automotivo e cogeração, não havendo concentração de crédito em grandes consumidores em volume superior a 10% das vendas, diluindo assim o risco de inadimplência.

A Companhia também está exposta a riscos relacionados às suas atividades de administração de caixa e investimentos temporários, e qualquer interrupção que afete seus intermediários financeiros também poderá afetar adversamente suas operações.

A exposição da Companhia ao risco de recebíveis comerciais (Nota 5.3) é reduzida, dada a característica pulverizada da base de clientes. No entanto, ainda mantém reservas para potenciais perdas de crédito. O controle de risco avalia a qualidade de crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de risco individuais são definidos com base em classificações internas ou externas, de acordo com os limites estabelecidos pela Administração. A conformidade com os limites de crédito pelos clientes é regularmente monitorada pela auditoria interna.

Ainda, a Companhia avaliou que os efeitos na economia provocados pela COVID-19, foram relativamente atenuados ao longo do ano, não afetando, portanto, de forma significativa a qualidade dos recebíveis em 31 de dezembro de 2020, considerando que tais efeitos são temporários e não afetam a capacidade de recuperação dos recebíveis de maneira estrutural.

Os ativos líquidos são investidos principalmente em títulos públicos de segurança e outros investimentos em bancos com grau mínimo de “A”, reduzindo substancialmente o risco de crédito. O risco de crédito de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é determinado por instrumentos de classificação amplamente aceitos pelo mercado e estão dispostos da seguinte forma:

	31/12/2020	31/12/2019
AAA	2.620.975	1.133.013
AA	401.979	525.360
	3.022.954	1.658.373

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia encontrará dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia em administrar a liquidez é assegurar, na medida do possível, que tenha liquidez suficiente para cumprir seus passivos quando vencerem, em condições normais e de estresse, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou em arriscar danos à reputação da Companhia.

Os passivos financeiros da Companhia classificados por datas de vencimento (com base nos fluxos de caixa não descontados contratados) são os seguintes:

	31/12/2020				31/12/2019
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos	A mais de 5 anos	Total
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(669.872)	(2.423.286)	(2.910.047)	(1.797.012)	(7.800.217)
Instrumentos financeiros derivativos	91.990	18.921	281.714	-	392.625
Fornecedores	(1.040.693)	-	-	-	(1.040.693)
Outros passivos financeiros	(95.428)	-	-	-	(95.428)
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	(1.688)	-	-	-	(1.688)
Parcelamento de débitos tributários	(711)	(718)	(1.462)	(3.673)	(6.564)
Arrendamentos	(3.148)	(3.950)	(5.772)	(802)	(13.672)
Pagáveis a partes relacionadas	(8.930)	-	-	-	(8.930)
	(1.728.480)	(2.409.033)	(2.635.567)	(1.801.487)	(8.574.567)
					(7.101.024)

20 Benefícios pós-emprego

Prática contábil:

O custo do plano de benefícios pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando avaliações atuariais. Uma avaliação atuarial envolve o uso de várias suposições que podem diferir dos resultados reais no futuro. Estes incluem a determinação da taxa de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de pensão. Uma obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas pela administração em cada data de balanço.

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

Planos de benefício definido

A Companhia oferece os seguintes benefícios pós-emprego:

Assistência à saúde, concedida aos ex-empregados e respectivos dependentes aposentados até 31 de maio de 2000. Após esta data, somente empregados com 20 anos de contribuição ao INSS e 15 anos de trabalho ininterruptos na Companhia em 31 de maio de 2000 têm direito a este plano de benefício definido, desde que, na data de concessão da aposentadoria estejam trabalhando na Companhia.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial em relação aos planos de pós-emprego de benefícios definidos é calculado anualmente por atuários independentes.

A quantia reconhecida no balanço em relação aos passivos dos planos de benefícios pós-emprego representa o valor presente das obrigações menos o valor justo dos ativos, incluindo ganhos e perdas atuariais. Remensurações da obrigação líquida, que incluem: os ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos em resultado.

Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrem.

Os detalhes do valor presente da obrigação de benefício definido e do valor justo dos ativos do plano são como segue:

	31/12/2020	31/12/2019
Obrigação de benefício definido inicial	632.865	507.418
Custo dos serviços correntes	540	480
Juros sobre obrigação atuarial	45.897	45.601
Perdas (ganhos) atuariais decorrentes de mudanças em premissas financeiras ⁽ⁱ⁾	(15.622)	113.609
Ganhos atuariais decorrentes de ajustes pela experiência ⁽ⁱ⁾	(68.576)	(4.726)
Benefícios pagos	(24.354)	(29.517)
Obrigação de benefício definido final	570.750	632.865
Valor justo inicial dos ativos do plano	(2.316)	(3.098)
Receitas de juros	(330)	(273)
Retorno dos investimentos no ano (excluída a receita de juros) ⁽ⁱ⁾	(1.078)	(683)
Contribuições do empregador	(26.804)	(28.053)
Benefícios pagos	24.354	29.791
Valor justo final dos ativos do plano	(6.174)	(2.316)
Passivo líquido de benefício definido	564.576	630.549

(i) Efeito reconhecido em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

A Companhia possui obrigações relacionadas a planos de benefícios pós-emprego, que incluem assistência médica e incentivo a aposentadoria, pagamento de doença e pensão por incapacidade, são reconhecidas de acordo com a Deliberação CVM695.

O plano de pensão de benefício definido é regido pelas leis trabalhistas do Brasil, que exigem que os pagamentos do salário final sejam ajustados para o índice de preços ao consumidor no momento do pagamento durante a aposentadoria. O nível de benefícios fornecidos depende do tempo de serviço e do salário do membro na idade de aposentadoria.

A Companhia mantém com o Bradesco Vida e Previdência S.A., o Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), plano de previdência aberta complementar, estruturado no regime financeiro de capitalização e na modalidade de contribuição variável, aprovado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). O plano é o de renda fixa e tem como objetivo a concessão de benefício de previdência, sob a forma de renda mensal vitalícia.

A despesa total reconhecida no resultado do exercício é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	630.549
Custo dos serviços correntes	540
Juros sobre obrigação atuarial	45.567
Benefícios pagos	(26.804)
Ganho atuarial	(85.276)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	564.576

Valor total reconhecido como outros resultados abrangentes acumulados:

	31/12/2020	31/12/2019
Montante total reconhecido como outros resultados abrangentes		
(Perdas)/ Ganhos atuariais decorrentes de mudanças em premissas financeiras	15.622	(113.609)
Ganhos atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	69.654	5.409
Perdas atuariais líquidas	85.276	(108.200)

As principais premissas utilizadas para determinar as obrigações de benefícios da Companhia são as seguintes:

	31/12/2020	31/12/2019
Taxa de desconto	7,43% a.a.	7,43% a.a.
Taxa de inflação	3,50% a.a.	3,70% a.a.
Crescimento salarial médio	6,60% a.a.	6,81% a.a.
Morbidade (<i>aging factor</i>)	3,00%	3,00%
Inflação médica	6,60% a.a.	6,81% a.a.
Mortalidade geral (segregada por sexo)	AT-2000	AT-2000
Mortalidade de inválidos	IAPB-1957	IAPB-1957
Entrada em invalidez (modificada)	UP-84 Modificada	UP-84 Modificada
Rotatividade	0,60/(tempo de serviço +1)	0,60/(tempo de serviço +1)

O plano de benefício foi avaliado pela administração em conjunto com os especialistas (atuários) ao final do exercício, objetivando verificar se as taxas de contribuição vêm sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamentos atuais e futuros.

Os efeitos tributários decorrentes desta provisão estão registrados na nota 12.

Em 31 de dezembro de 2020, a duração média ponderada da obrigação de benefício definido era de 14,9 anos (2019 de 16,5 anos).

Análise de sensibilidade

Mudanças na taxa de desconto para a data do balanço em uma das premissas atuariais relevantes, embora mantendo outras premissas, teriam afetado a obrigação de benefício definido conforme demonstrado abaixo:

Taxa de desconto	
Aumento	Redução
0,50%	-0,50%
(35.907)	40.575

Não houve alteração em relação aos anos anteriores nos métodos e premissas utilizados na elaboração da análise de sensibilidade.

21 Pagamento baseado em ações

Prática contábil:

Transações liquidadas com ações

O custo de transações liquidadas com ações com executivos é mensurado por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais na data em que são concedidos, e é reconhecido como despesa durante o período de aquisição, que termina na data em que os empregados têm direito ao prêmio. Um crédito correspondente é reconhecido no patrimônio líquido.

O modelo *Black-Scholes* foi utilizado na estimativa do valor justo das opções negociadas sem restrições de aquisição de direitos. O modelo requer o uso de premissas subjetivas, incluindo a volatilidade esperada do preço da ação, a vida esperada da opção de compra de ações ou a concessão de ações e dividendos.

O quadro abaixo apresenta os dados dos programas de pagamento baseados em ações:

Data do programa	Expectativa de exercício (anos)	Taxa de juros	Volatilidade	Quantidade em 31/12/2020			Preço de mercado na data de outorga	Valor justo na data de outorga R\$ ⁽ⁱ⁾
				Ações outorgadas	Ações exercidas / canceladas	Em 31/12/2020		
20/04/2017	5	12,16%	27,20%	61.300	(14.405)	46.895	47,80	37,29
12/08/2017	5	10,09%	30,00%	97.780	(13.616)	84.164	54,25	36,37
01/08/2018	5	10,56%	32,38%	96.787	(5.338)	91.449	59,66	37,45
31/07/2019	5	10,56%	32,38%	83.683	(3.997)	79.686	78,58	79,00
				339.550	(37.356)	302.194		

(i) A mensuração do valor justo foi efetuada no modelo de precificação *Black-Scholes*.

Mensuração de valores justos

O valor justo médio ponderado dos programas concedidos durante os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e as principais premissas utilizadas na aplicação do modelo *Black-Scholes* foram as seguintes:

	Plano de remuneração baseado em ações	
	31/12/2020	31/12/2019
Média ponderada do valor justo na data da outorga	78,58	78,58
Média ponderada das principais premissas:		
Preço de mercado na data de outorga	79,00	79,00
Taxa de juros	6,82%	6,82%
Dividendos esperados	(5,39)	(5,39)
Volatilidade	32,81%	32,81%

A volatilidade esperada foi estimada considerando a volatilidade histórica do preço da ação da Companhia em período proporcional ao prazo esperado. O prazo esperado dos instrumentos foi baseado na experiência histórica e no comportamento geral do detentor da opção.

Reconciliação de opções de ações

O movimento no número de prêmios em aberto e seus preços de exercício médios ponderados relacionados são os seguintes:

	Plano de remuneração baseado em ações
Saldo em 1º de janeiro de 2019	255.867
Outorgado	83.683
Exercido	(10.725)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	328.825
Exercido	(26.631)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	302.194

Despesa reconhecida no resultado

A despesa de remuneração baseada em ações incluída na demonstração do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foi a seguinte:

	Plano de remuneração baseado em ações
31/12/2019	2.603
31/12/2020	4.306

22 Eventos subsequentes

Em 13 de janeiro de 2021, a ARSESP publicou a Deliberação nº 1111, que atualizou as tabelas tarifárias a serem aplicadas e sobre a tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD) a serem aplicadas no mercado livre pela concessionária de distribuição de gás canalizado, revogando a deliberação ARSESP 1065 de 26 de novembro de 2020.

Em 05 de janeiro de 2021, foi liberado e aprovado o pagamento de principal, juros e prêmios da 4ª emissão, 5ª emissão e 6ª emissão de notas promissórias no valor de R\$ 1.125.092 com base em 30 de dezembro de 2020. O pagamento foi realizado em 06 de janeiro de 2021.